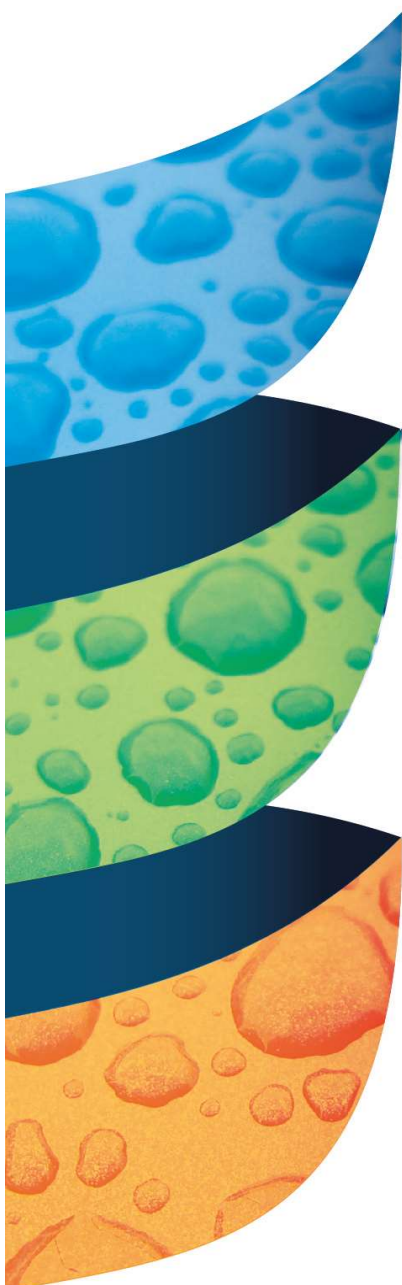




RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

MISSÃO:

Garantir a excelência na prestação dos nossos serviços e maximizar valor para os acionistas.

VISÃO:

Ser a melhor empresa no setor em que atua sendo referência no desenvolvimento sustentável e transformando energia renovável em riqueza, com ética e transparência durante o período da concessão.

VALORES:

A mais alta *performance* combinada com os mais elevados padrões éticos, englobando: Comunicação clara e precisa; Gerenciamento em equipe, consistente e focados; Inovação criando valor sustentável.

LISTA DE SIGLAS

ACL	- Ambiente de Contratação Livre
AGE	- Assembleia Geral Extraordinária
ANEEL	- Agência Nacional de Energia Elétrica
CCEE	- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CEFSC	- Complexo Energético Fundação Santa Clara
COFINS	- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia
EBITDA	- <i>Earnings Before Interest, taxes, depreciation and Amortization</i>
ENA	- Energia natural afluyente
GF	- Garantia Física
GSF	- <i>Generation Scaling Factor</i>
IGP-M	- Índice Geral de Preços - Mercado
MME	- Ministério de Minas e Energia
MWh	- Megawatt por hora
MWm	- Megawatt médio
O&M	- Operação e manutenção
P&D	- Pesquisa e Desenvolvimento
CGHs	- Pequenas Centrais Hidrelétricas
PIS	- Programa de Integração Social
PL	- Patrimônio Líquido
ROB	- Receita Operacional Bruta
ROL	- Receita Operacional Líquida
SIN	- Sistema Interligado Nacional
SPE	- Sociedade de Propósito Específico
UHEs	- Usinas Hidrelétricas
UBP	- Uso do Bem Público

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE.....	5
2. PERFIL DA COMPANHIA	7
2.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	8
2.2. GOVERNANÇA CORPORATIVA	9
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	9
4. INVESTIMENTOS	11
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	12
5.1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	12
5.2. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13
5.3. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	15
5.4. RESULTADO FINANCEIRO	16
5.5. LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	18
5.6. EBITDA OU LAJIDA	19
5.7. MARGEM EBITDA	20
6. ENDIVIDAMENTO	20
7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	22
8. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)	23
9. AREA JURÍDICA	23
10. RECURSOS HUMANOS	24
11. DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	25

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Prezados Acionistas,

Nos termos da Lei nº 6.404/76, das disposições estatutárias e das normas aplicáveis ao setor elétrico brasileiro, a ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, auditadas por auditores independentes.

O exercício de 2025 foi marcado pela consolidação da recuperação da Companhia, após o cenário hidrológico adverso observado no exercício anterior. A geração média atingiu 141,1 MW médios, representando crescimento de 10,8% em relação a 2024, refletindo a normalização das condições hidrológicas no Sistema Interligado Nacional (SIN) e a elevada disponibilidade das unidades geradoras do Complexo Energético Fundão e Santa Clara (CEFSC).

No âmbito econômico-financeiro, a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 154 milhões, incremento de 69,1% em relação ao exercício anterior, impulsionada pela maior geração física e pelo desempenho dos contratos de comercialização vigentes. O EBITDA alcançou R\$ 92 milhões, com margem de 59,9%, evidenciando disciplina na gestão de custos e despesas operacionais. O resultado líquido, embora ainda impactado pelos encargos financeiros associados ao passivo da concessão, apresentou redução relevante do prejuízo em comparação a 2024, sinalizando trajetória de recomposição gradual do equilíbrio econômico-financeiro.

No campo da inovação e sustentabilidade, a Companhia concluiu a implementação da “Ilha Solar”, sistema fotovoltaico flutuante desenvolvido no âmbito de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento regulados pela ANEEL. A iniciativa inaugura a estratégia de geração híbrida da Elejor, ampliando o aproveitamento da infraestrutura existente e

fortalecendo o posicionamento da Companhia em soluções tecnológicas de baixo impacto ambiental.

Ainda, destaca-se como evento subsequente a promulgação da Lei nº 15.235/2025, que autoriza a repactuação das parcelas vincendas relativas ao Uso de Bem Público (UBP), o processo regulatório encontra-se em fase de consolidação metodológica, estando condicionado à definição final dos critérios aplicáveis, à manifestação formal de adesão pela Companhia e à celebração de termo aditivo contratual.

A Administração de forma diligente acompanha os desdobramentos regulatórios relacionados à matéria. Eventuais impactos contábeis, financeiros e tributários decorrentes da repactuação dependerão da regulamentação definitiva e da formalização contratual correspondente, não havendo, até a presente data, alteração nos critérios contábeis aplicáveis ao reconhecimento do passivo de UBP. Qualquer decisão será pautada por análise criteriosa dos efeitos sobre o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a estrutura de capital e os indicadores de alavancagem.

A Companhia mantém postura prudente na gestão dos riscos hidrológicos, financeiros e regulatórios, preservando disciplina na alocação de capital e foco na sustentabilidade de longo prazo. O fortalecimento da governança corporativa, da transparência e da eficiência operacional permanece como diretriz estratégica permanente.

Agradecemos aos acionistas pela confiança, aos colaboradores pelo elevado padrão técnico e aos parceiros institucionais pela colaboração contínua. Permanecemos empenhados na modernização dos ativos, na geração sustentável de valor e na contribuição responsável para o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro.

Nestor Baptista

Diretor Presidente

2. PERFIL DA COMPANHIA

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), de capital fechado, constituída com a finalidade exclusiva de implantar, operar e explorar o Complexo Energético Fundão Santa Clara (CEFSC), nos termos do Contrato de Concessão de Geração nº 125/2001 e demais atos autorizativos aplicáveis.

O Complexo está localizado no Rio Jordão, integrante da sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná, inserido no Sistema Interligado Nacional (SIN).

O CEFSC possui configuração híbrida de geração, composta por duas Usinas Hidrelétricas (UHEs) sob regime de concessão e duas Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) sob regime de autorização, conforme demonstrado na **Tabela 1**.

UHE / CGH	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW) médios
UHE - Santa Clara	120,168	66,000
UHE – Fundão	120,168	62,100
CGH - Santa Clara I e Fundão I	6,075	4,900
	246,411	133,000

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 1 – Potência instalada e garantia física

Regime de Concessão e Prazos de Exploração

A exploração das UHEs Santa Clara e Fundão é regida pelo Contrato de Concessão de Geração nº 125/2001, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em decorrência da adesão à Repactuação do Risco Hidrológico (GSF), fundamentada nas Leis nº 13.203/2015 e nº 14.052/2020, os prazos contratuais foram estendidos para 10 de maio de 2040 (UHE Santa Clara) e 10 de junho de 2040 (UHE Fundão), conforme termos aditivos firmados.

Nos termos da Cláusula Segunda do Contrato de Concessão, os prazos de exploração poderão ser prorrogados por até 20 (vinte) anos, a critério do Poder Concedente, mediante requerimento da Companhia e desde que atendidos os requisitos técnicos, econômicos e regulatórios vigentes à época da eventual solicitação.

Regime de Autorização (CGHs)

As CGHs Santa Clara I e Fundão I operam sob regime de autorização, conforme Resoluções Autorizativas ANEEL nº 14.744/2023 e nº 14.745/2023.

Nos termos dos atos autorizativos aplicáveis, os bens vinculados às CGHs não se sujeitam ao regime de reversão ao Poder Concedente ao término do período autorizativo, observadas as disposições regulatórias vigentes. A Companhia mantém o registro contábil desses ativos em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor elétrico.

2.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 35.503.000,00 (trinta e cinco milhões quinhentos e três mil reais), representado por 60.300.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, nos termos do artigo 5º do Estatuto Social consolidado em 30 de abril de 2025.

A composição acionária está demonstrada na **Tabela 2**.

Acionista	Ações Ordinárias	Valor - R\$ mil	Participação
Companhia Paranaense de Energia – Copel	42.209.920	24.852	70,00%
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda	18.090.080	10.651	30,00%
Total	60.300.000	35.503	100,00%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

Tabela 2 – Composição acionária e capital social

A estrutura societária assegura estabilidade de controle e alinhamento estratégico entre os acionistas, observados os termos do Acordo de Acionistas vigente.

2.2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Elejor adota modelo de governança corporativa estruturado com base nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas (accountability) e responsabilidade corporativa, em linha com as boas práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

A estrutura de administração, conforme Estatuto Social, compreende:

Conselho de Administração – órgão colegiado responsável pela definição das diretrizes estratégicas, supervisão da gestão e deliberação sobre matérias de maior relevância econômica, financeira e regulatória, observadas as disposições do Acordo de Acionistas.

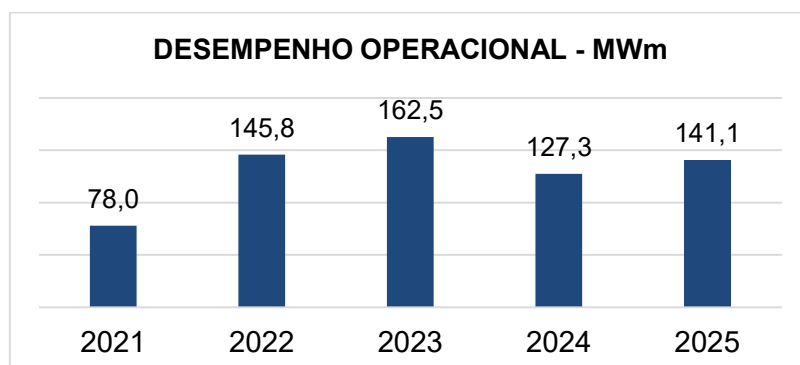
Diretoria Executiva – responsável pela condução dos negócios sociais, execução das estratégias aprovadas e gestão operacional do Complexo Energético Fundação Santa Clara (CEFSC), com observância das normas internas, regulatórias e contratuais aplicáveis.

A Companhia mantém estrutura de Governança, Riscos e Compliance, incluindo controles internos formalizados, matriz de riscos corporativos e mecanismos de monitoramento contínuo, voltados à mitigação de riscos operacionais, financeiros, regulatórios e socioambientais.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

O desempenho operacional da Elejor no exercício de 2025 refletiu a combinação entre eficiência na gestão dos ativos de geração e condições hidrológicas mais favoráveis na bacia do Rio Iguaçu, em comparação ao exercício anterior.

O **Gráfico 1** apresenta a evolução da energia gerada pelo Complexo Energético Fundação Santa Clara (CEFSC) nos últimos cinco exercícios, evidenciando a variabilidade hidrológica característica da matriz predominantemente hídrica e a trajetória de recuperação observada em 2025.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

Gráfico 1 – Desempenho Operacional - Energia Gerada em MW médios

No exercício de 2025, a energia bruta gerada pelo CEFSC atingiu 141,1 MW médios, representando crescimento de 10,8% em relação aos 127,3 MW médios registrados em 2024.

A **Tabela 3** apresenta, por unidade geradora, a potência instalada, a garantia física e a energia efetivamente gerada nos últimos cinco exercícios, bem como a variação percentual em relação ao exercício anterior.

UNIDADES			ENERGIA – MW médios					
UHE's	Potência Instalada	Garantia Física	Energia Gerada Mw médios					$\Delta\%$ 25 x 24
			2021	2022	2023	2024	2025	
Santa Clara	120,2	66,0	43,2	75,0	78,4	60,2	65,6	8,9%
Fundão	120,2	62,1	30,2	65,8	79,0	62,0	70,5	13,6%
Total	240,3	128,1	73,4	140,8	157,5	122,3	136,0	11,3%
PCH's								
Santa Clara	3,6	2,8	2,8	3,0	3,0	2,9	2,9	0,0%
Fundão	2,4	2,1	1,8	2,0	2,1	2,1	2,1	0,0%
Total	6,0	4,9	4,6	5,0	5,1	5,1	5,1	0,0%
TOTAL CEFSC	246,3	133,0	78,0	145,8	162,5	127,3	141,1	10,8%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

Tabela 3 – Energia Gerada versus Garantia Física

Em 2025, a geração total do Complexo alcançou 141,1 MW médios, posicionando-se 6,1% acima da Garantia Física de 133,0 MW médios, reflexo da melhoria das afluições e da elevada disponibilidade operacional das unidades.

No âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), a relação entre geração e garantia física influencia a exposição ao risco hidrológico (GSF), cuja apuração ocorre de forma sistêmica pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), conforme regras regulatórias vigentes. Assim, eventual superação da garantia física em base anual não elimina, por si, a exposição ao GSF, que depende do desempenho agregado do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A Administração acompanha continuamente as condições hidrológicas, os níveis de armazenamento do SIN e os desdobramentos regulatórios aplicáveis ao MRE, adotando estratégias de comercialização e gestão de portfólio compatíveis com o perfil de risco e as diretrizes regulatórias setoriais.

4. INVESTIMENTOS

Em 2025, a Companhia manteve sua política de investimentos voltada à preservação da confiabilidade operacional e à integridade dos ativos vinculados à concessão do Complexo Energético Fundão Santa Clara (CEFSC). Os aportes realizados no Ativo Imobilizado totalizaram R\$ 10.831 mil, conforme detalhado na **Tabela 4**.

A maior parcela dos investimentos concentrou-se em Máquinas e Equipamentos (94,6%), contemplando ações de modernização tecnológica, substituição de componentes estratégicos e reforço de programas de manutenção preventiva e preditiva, com o objetivo de assegurar elevada disponibilidade das unidades geradoras e aderência aos padrões técnicos e regulatórios estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Os recursos destinados à rubrica Terrenos referem-se, substancialmente, à liquidação de indenizações decorrentes de processos de desapropriação vinculados à implantação do empreendimento. Permanecem em trâmite poucas demandas judiciais residuais, as quais são acompanhadas pela Administração e pela assessoria jurídica, estando

devidamente refletidas nas demonstrações financeiras conforme critérios contábeis aplicáveis e avaliação de risco processual.

Os investimentos realizados encontram-se alinhados ao planejamento estratégico da Companhia e às obrigações contratuais da concessão, contribuindo para a sustentabilidade operacional do ativo regulado e para a manutenção da capacidade de geração observada no exercício:

Imobilizado	Valor em R\$ (mil)	Participação (%)
Máquinas e equipamentos	10.250	94,6%
Terrenos	581	5,4%
Totais	10.831	100,0%

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

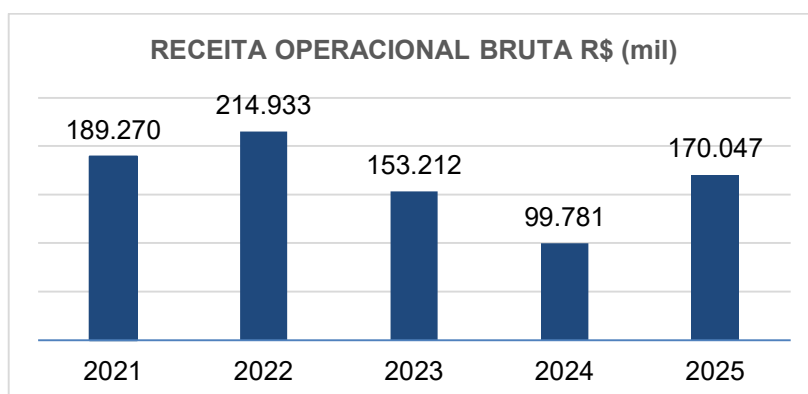
Tabela 4 – Distribuição de Investimentos

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As análises a seguir baseiam-se nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5.1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

O **Gráfico 2** ilustra a trajetória ascendente da receita no último exercício.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

Gráfico 2 – Evolução da Receita Operacional Bruta.

A **Tabela 5** apresenta a evolução da ROB por segmento de comercialização.

RUBRICA	EXERCÍCIOS				
	2021	2022	2023	2024	2025
Venda de Energia UHEs Convencional	157.247	187.536	109.111	72.020	144.648
Venda de Energia CGHs Incentivada	11.113	12.103	4.242	5.929	9.643
Energia liquidada na CCEE	20.910	15.294	39.859	21.832	15.756
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	189.270	214.933	153.212	99.781	170.047

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

Tabela 5 – Receita Operacional Bruta

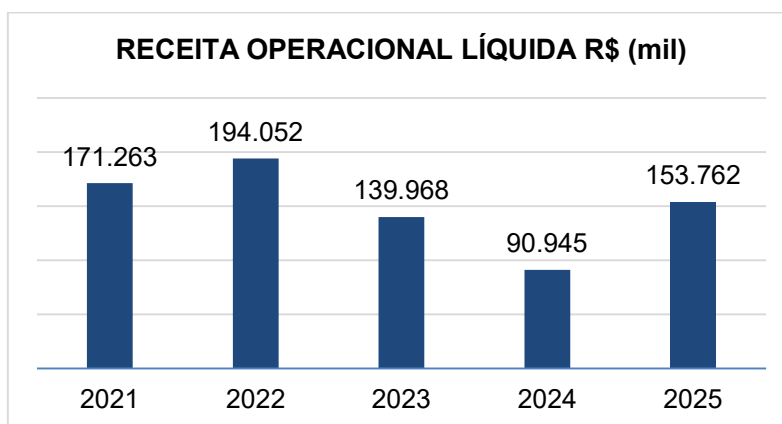
A Receita Operacional Bruta (ROB) totalizou R\$ 170.047 mil em 2025, representando crescimento de 70,4% em relação ao exercício anterior. A evolução decorre, principalmente, da recuperação dos volumes de geração e da estratégia de comercialização adotada no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A comercialização de energia convencional das UHEs permaneceu como principal fonte de receita, correspondendo a 85,1% da ROB. A energia incentivada proveniente das CGHs representou 5,7%, enquanto as liquidações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) corresponderam a 9,2%.

A Administração destaca que as receitas provenientes de liquidação na CCEE estão sujeitas às regras de contabilização e aos mecanismos de ajuste sistêmico do setor elétrico, inclusive no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

5.2. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

O **Gráfico 3** demonstra a evolução da Receita Operacional Líquida (ROL) no último quinquênio.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 3 – Evolução da Receita Operacional Líquida.

A **Tabela 6** demonstra a evolução da ROL nos últimos 5 anos, por rubrica contábil.

RUBRICA	EXERCÍCIOS				
	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	189.270	214.933	153.212	99.781	170.047
(-) Deduções da Receita Bruta	(18.007)	(20.881)	(13.244)	(8.836)	(16.285)
Contribuição para PIS	(2.914)	(3.393)	(2.129)	(1.428)	(2.648)
Contribuição para COFINS	(13.423)	(15.631)	(9.811)	(6.579)	(12.199)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.670)	(1.857)	(1.304)	(829)	(1.438)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	171.263	194.052	139.968	90.945	153.762

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 6 – Receita Operacional Líquida

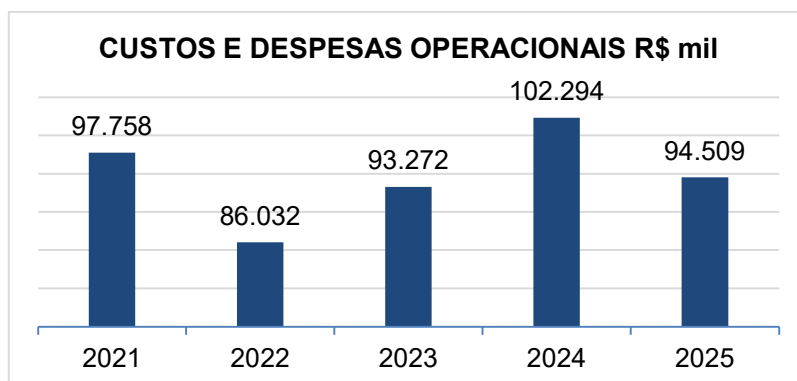
A Receita Operacional Líquida (ROL) atingiu R\$ 153.762 mil em 2025, crescimento de 69,1% frente a 2024.

As deduções da receita bruta compreendem, substancialmente, contribuições sociais (PIS e COFINS) e encargos regulatórios setoriais, com destaque para os dispêndios obrigatórios com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), conforme previsto na Lei 9.991/2000.

A variação da ROL reflete tanto o aumento do volume comercializado quanto a recomposição de preços médios no ACL.

5.3. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

O **Gráfico 4** demonstra a evolução dos Custos e Despesas Operacionais no último quinquênio.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 4 – Evolução dos Custos e Despesas Operacionais.

A **Tabela 7** demonstra a distribuição dos Custos e Despesas Operacionais nos últimos 5 anos de acordo com as rubricas contábeis.

RUBRICA	EXERCÍCIOS				
	2021	2022	2023	2024	2025
Materiais	308	631	248	681	715
Serviços de Terceiros	11.108	16.732	16.266	16.789	16.630
Depreciação e amortização	30.605	30.473	33.862	32.304	32.594
Seguros	715	586	2.121	2.588	2.743
Compens. Financ. Utiliz. Recursos Hídricos	3.450	7.562	8.668	7.083	9.071
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL	809	840	916	985	1.033
Encargos Uso Rede de Distribuição	21.516	23.425	24.149	24.833	25.370
Compra de Energia CCEE	23.978	60	-	10.586	-
Compra de Energia ML	-	-	974	-	-
Pessoal	2.584	2.863	3.069	3.322	3.383
Administradores	2.102	2.127	2.118	2.331	2.075
Arrendamento e Aluguéis	81	111	115	125	136
Tributos federais e municipais	82	99	254	254	236
Outros custos e despesas	420	523	512	413	523
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	97.758	86.032	93.272	102.294	94.509

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 7 – Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 94.509 mil em 2025, representando redução de 7,6% em relação ao exercício anterior.

A principal variação decorreu da ausência de compras de energia na CCEE em 2025, diferentemente do ocorrido em 2024, quando houve desembolso relevante para recomposição de exposição contratual.

Destacam-se entre as principais rubricas:

Depreciação e amortização: R\$ 32.594 mil

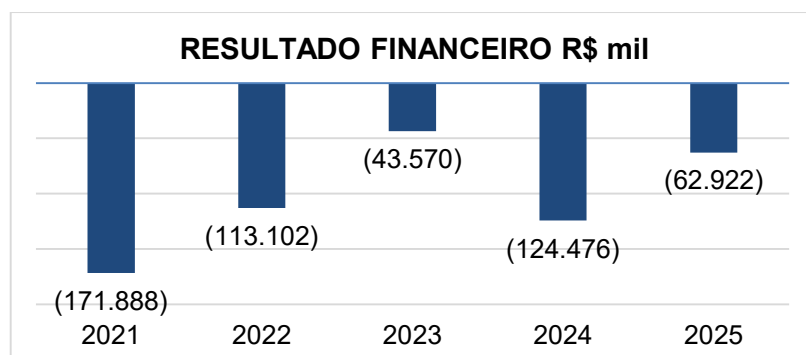
Encargos de Uso da Rede: R\$ 25.370 mil

Serviços de terceiros (operação e manutenção): R\$ 16.630 mil

A Administração mantém disciplina na gestão de custos gerenciáveis, preservando a confiabilidade operacional dos ativos vinculados à concessão.

5.4. RESULTADO FINANCEIRO

O **Gráfico 5** ilustra a evolução deste indicador no último quinquênio.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

Gráfico 5 – Resultado Financeiro

A **Tabela 7** demonstra a distribuição das Receitas e Despesas Financeiras últimos 5 anos.

RUBRICA	EXERCÍCIOS				
	2021	2022	2023	2024	2025
(=) RESULTADOS FINANCEIRO	(171.888)	(113.102)	(43.570)	(124.476)	(62.922)
Receitas financeiras	14.119	19.069	90.508	32.222	63.116
Rendas de aplicações financeiras	5.723	18.482	21.201	13.784	12.060
Juros e correções de tributos	60	441	-	281	-
CCEE Encargos de liquidação	8.328	100	240	320	60
Encargos da concessão - UBP - AVP	-	-	69.059	17.837	49.411
Outras receitas	8	46	8	-	1.585
Despesas financeiras	(186.007)	(132.171)	(134.078)	(156.698)	(126.038)
Encargos da concessão - UBP - Pagamentos	(83.244)	(102.527)	(109.681)	(104.042)	(108.599)
Encargos da concessão - UBP - AVP	(102.717)	(29.588)	(23.567)	(51.126)	(17.364)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	-	(1)	(3)	(16)	-
Juros e correções - P & D	(31)	(6)	(56)	-	-
Encargos moratórios	-	-	(686)	(315)	-
AVP de Arrendamento - Edificações	-	(14)	(65)	(54)	(42)
Juros Incorridos - Direito de Uso	(15)	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	-	(35)	(20)	(1.146)	(35)

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

Tabela 7 – Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 62.922 mil, representando melhora de 49,5% frente ao exercício anterior.

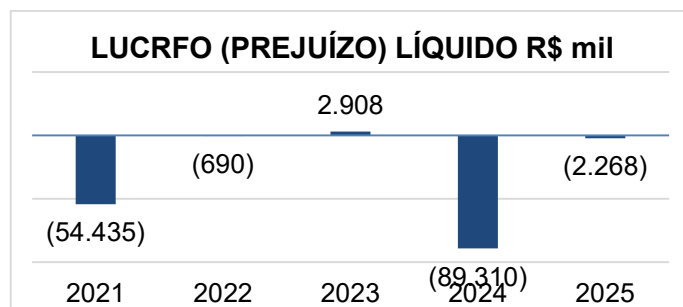
Esse resultado foi fortemente influenciado pelos encargos da concessão (UBP), cujos valores são atualizados conforme indexador contratual (IGP-M), impactando tanto o ajuste a valor presente (AVP) quanto os encargos financeiros reconhecidos no período.

A melhora observada decorre, principalmente, do comportamento do IGP-M no exercício de 2025.

As disponibilidades financeiras da Companhia permanecem aplicadas em instrumentos de baixo risco de crédito e alta liquidez, com remuneração atrelada ao CDI, compatível com a política financeira voltada à preservação de capital e ao cumprimento das obrigações contratuais da concessão.

5.5. LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

O **Gráfico 6** demonstra a evolução do resultado contábil, evidenciando a redução do prejuízo em comparação ao exercício anterior.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

Gráfico 6 – Lucro ou Prejuízo Líquido

A **Tabela 8** apresenta a síntese da apuração dos resultados nos últimos 5 anos.

RUBRICAS	EXERCÍCIOS				
	2021	2022	2023	2024	2025
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	171.263	194.052	139.968	90.945	153.762
(-) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	97.758	86.032	93.272	102.294	94.509
(+) OUTRAS RECEITAS	10.887	235	1.269	498	226
= RESULTADO OPERACIONAL	84.392	108.255	47.965	- 10.851	59.479
(-) RESULTADOS FINANCEIRO	(171.888)	(113.102)	(43.570)	(124.476)	(62.922)
(-) IPRJ e CSSL	33.061	4.157	(1.487)	46.017	1.175
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	(54.435)	(690)	2.908	(89.310)	(2.268)

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

Tabela 8 – Lucro (Prejuízo) líquido

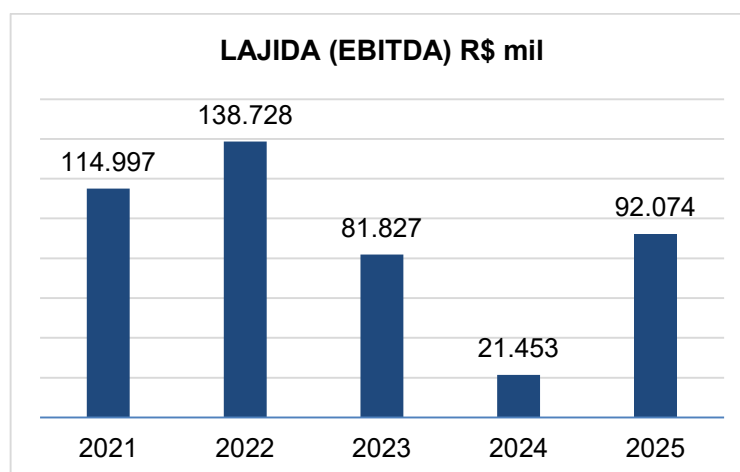
Em 2025, a Companhia apurou prejuízo líquido de R\$ 2.268 mil, representando significativa redução em relação ao prejuízo de R\$ 89.310 mil registrado em 2024.

A melhora do resultado decorre da recuperação do desempenho operacional, evidenciada pelo Resultado Operacional positivo de R\$ 59.479 mil, parcialmente compensado pelo impacto dos encargos financeiros associados à concessão.

A Administração ressalta que o desempenho financeiro permanece sensível à dinâmica do indexador contratual da UBP, bem como às condições hidrológicas e de mercado.

5.6. EBITDA OU LAJIDA

O **Gráfico 7** ilustra a recuperação deste indicador no último exercício.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 7 – Evolução do EBITDA.

A **Tabela 9** demonstra as principais rubricas na apuração do EBITDA nos últimos 5 anos.

RUBRICAS	EXERCÍCIOS				
	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	171.263	194.052	139.968	90.945	153.762
(-) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	97.758	86.032	93.272	102.294	94.509
(+) OUTRAS RECEITAS	10.887	235	1.269	498	227
(+) Depreciação e amortização	30.605	30.473	33.862	32.304	32.594
EBITDA (LAJIDA)	114.997	138.728	81.827	21.453	92.074

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Tabela 9 – EBITDA

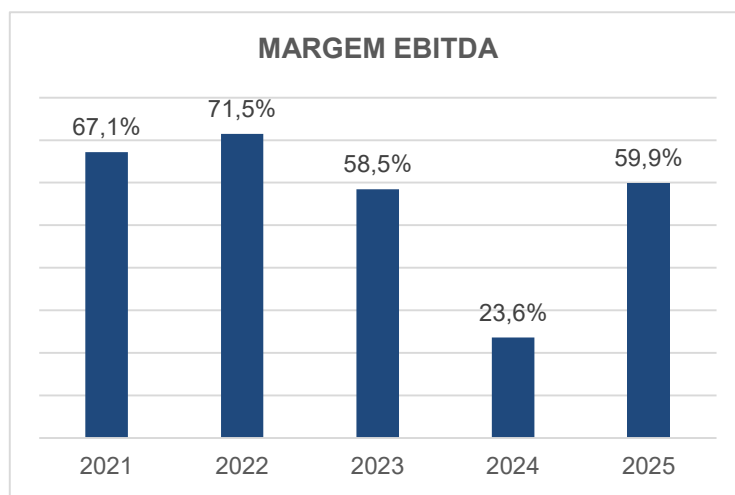
O EBITDA totalizou R\$ 92.074 mil em 2025, frente a R\$ 21.453 mil em 2024.

O indicador reflete a recuperação da Receita Operacional Líquida e a manutenção da disciplina na gestão de custos operacionais.

Ressalta-se que o EBITDA é uma métrica gerencial não prevista nas normas contábeis vigentes, sendo utilizado como indicador complementar de desempenho operacional e de geração potencial de caixa, não substituindo o lucro líquido ou o fluxo de caixa operacional.

5.7. MARGEM EBITDA

O Gráfico 8 demonstra a Margem EBITDA nos últimos 5 anos.



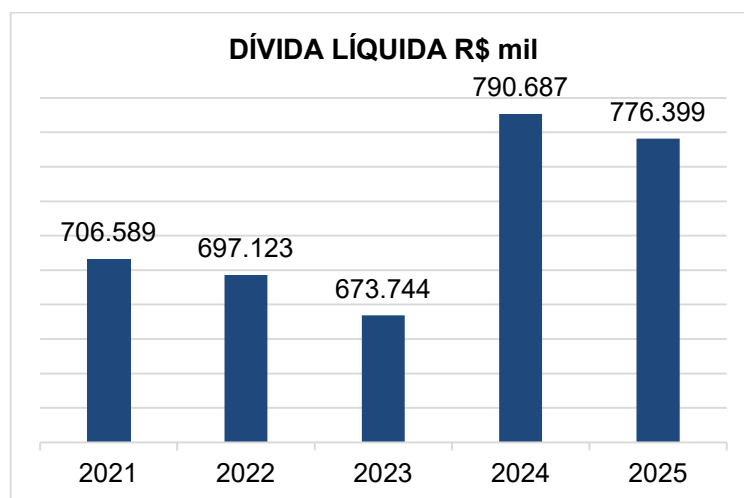
Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 8 – Margem EBITDA.

A Margem EBITDA alcançou 59,9% em 2025, refletindo a relação entre o EBITDA e a Receita Operacional Líquida.

A recuperação da margem está associada à combinação entre melhora do ambiente hidrológico, maior eficiência operacional e redução de custos não recorrentes observados no exercício anterior.

6. ENDIVIDAMENTO

O **Gráfico 9** apresenta a trajetória da dívida líquida no último quinquênio.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
Gráfico 9 – Evolução do Endividamento.

A **Tabela 11** detalha a composição do endividamento ao longo dos últimos 5 anos.

RUBRICAS	EXERCÍCIOS				
	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo Circulante	107.776	111.141	109.346	114.106	114.520
Passivo Não Circulante	746.843	771.897	730.942	772.860	741.661
Passivo total	854.619	883.038	840.288	886.966	856.181
Ativo total	813.674	848.197	804.150	761.045	729.375
DISPONIBILIDADES	148.030	185.915	166.544	96.279	79.782
Dívida Líquida	706.589	697.123	673.744	790.687	776.399

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

Tabela 11 – Dívida Líquida e Relação Dívida Líquida / Ebitda

A gestão do endividamento em 2025 manteve foco na preservação da liquidez e no cumprimento das obrigações da concessão. Ao final do exercício, a Dívida Líquida totalizava R\$ 776.399 mil, redução de 1,8% em relação a 2024, permanecendo majoritariamente concentrada no longo prazo em função das obrigações do contrato de Uso de Bem Público (UBP), no âmbito da concessão regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

A variação do saldo refletiu, principalmente, o comportamento do IGP-M no período (-1,05%), que impactou o passivo não circulante e os efeitos de ajuste a valor presente (AVP). A Administração ressalta que a dinâmica do endividamento é sensível ao

indexador contratual, mantendo monitoramento contínuo dos impactos regulatórios e adotando postura prudencial na gestão de caixa e da estrutura de capital.

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A gestão socioambiental da Companhia está integrada às atividades operacionais do Complexo Energético Fundão Santa Clara (CEFSC), observando as condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental e assegurando a manutenção das respectivas Licenças de Operação.

No exercício, foram regularmente executados programas de monitoramento fluviométrico, meteorológico, de qualidade da água e de ictiofauna dos reservatórios, em conformidade com as exigências dos órgãos ambientais competentes e com os compromissos assumidos no âmbito do licenciamento.

Considerando a natureza da geração hidrelétrica, a água constitui o principal insumo produtivo, sendo utilizada como força motriz das turbinas e integralmente restituída ao curso natural do rio, observadas as regras operativas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Os insumos potencialmente poluentes restringem-se a combustíveis utilizados em sistemas auxiliares, cujo armazenamento, manuseio e destinação seguem protocolos de controle ambiental e prevenção de riscos.

A Companhia mantém atualizado o Plano de Segurança de Barragens, em atendimento à Lei 12.334/2010, que institui a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), contemplando rotinas de inspeção, monitoramento estrutural e gestão de riscos.

Adicionalmente, foi elaborado o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA), instrumento destinado a disciplinar a ocupação e o uso sustentável das áreas no entorno do reservatório, atualmente em fase de aprovação pelas autoridades ambientais competentes.

A Administração reafirma seu compromisso com a conformidade ambiental, a segurança das estruturas e o relacionamento responsável com as comunidades do entorno, integrando tais diretrizes à governança corporativa e à gestão de riscos da Companhia.

8. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

Em atendimento à Lei 9.991/2000, a Companhia destina anualmente recursos ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, conforme regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Desde 2017, os aportes foram direcionados ao projeto de implementação de sistema solar fotovoltaico flutuante, estruturado com o objetivo de avaliar a viabilidade técnica e operacional da geração complementar em reservatório hidrelétrico, promovendo a diversificação tecnológica e a otimização do uso da área alagada.

No exercício de 2025, o projeto foi concluído e, após os procedimentos de homologação regulatória aplicáveis, o sistema passou a integrar o ativo imobilizado da Companhia, conforme critérios contábeis vigentes.

A iniciativa contribui para a estratégia de diversificação da matriz de geração e para a ampliação do conhecimento técnico associado à hibridização de fontes renováveis, mantendo alinhamento com as diretrizes regulatórias e com o planejamento estratégico da Companhia.

9. AREA JURÍDICA

No exercício de 2025, a Companhia adotou medidas estruturantes voltadas à sustentabilidade operacional e regulatória de longo prazo do Complexo Energético Fundão Santa Clara (CEFSC), envolvendo (i) a formalização contratual para execução de programa de modernização tecnológica (retrofit) e (ii) a contratação de assessoramento técnico-regulatório relacionado ao contrato de concessão nº 125/2001.

Foi celebrado instrumento contratual de empreitada visando à modernização tecnológica e atualização de sistemas eletromecânicos e estruturais do Complexo, com foco em eficiência operacional, confiabilidade dos ativos e mitigação de riscos de indisponibilidade.

O contrato prevê execução por etapas, com desembolsos futuros condicionados ao cronograma físico-financeiro pactuado e às medições técnicas correspondentes.

A Administração monitora continuamente os impactos financeiros do programa, assegurando aderência ao planejamento de caixa e à estrutura de capital.

Adicionalmente, foram contratados pareceres técnicos e regulatórios especializados com a finalidade de subsidiar a Administração na análise de alternativas juridicamente viáveis relacionadas a repactuação das parcelas vincendas do UBP previstas na Lei 15.235/2025, em fase de regulamentação.

Os estudos possuem natureza prospectiva e exploratória, destinando-se a auxiliar a administração quanto a vantajosidade na adoção da opção prevista na norma legal.

Qualquer medida futura dependerá de avaliação interna, deliberação societária competente e eventual anuência do Poder Concedente, observada a regulamentação aplicável ao setor elétrico.

10. RECURSOS HUMANOS

A companhia encerrou o exercício social de 2025, contando com 15 colaboradores, sendo 11 empregados, 2 diretores executivos e 2 funcionários terceirizados. A empresa apoia o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, para isso utiliza-se de benefícios como o auxílio educação, previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, somado ao custeamento na participação em cursos, eventos e *workshops* de interesse para Companhia.

11. DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Nestor Baptista (Diretor Presidente)

Cleverson Moraes Silveira (Diretor Administrativo Financeiro)

Conselho de Administração

Moacir Carlos Bertol (Presidente)

Alexandre Radtke

Fabiano Luft Chudzikiewicz

Milton Francisco dos Santos Júnior

Paulo Henrique Gulin Gomes